


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 1012589-66.2018.8.26.0037
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material
 Autor(a)(es): Mariza Aparecida Cristel
 Advogado/OAB: Dra. Clara Maria Rinaldi de Alvarenga – OAB/SP 277854
 Ré(u)(s): Ricardinho Comércio de Veículos Ltda. Epp
 Sócio Proprietário: Ederson Ricardo da Silva
 Advogado/OAB: Dr. Marcelo Nigro – OAB/SP 284378

Aos 26 de novembro de 2018 às 15:47, nesta cidade e Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, na sala de audiências, sob a condução do Sr.(a) Conciliador(a) que abaixo subscreve e a supervisão do MM. Juiz de Direito, ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE, comigo Escrevente Técnico Judiciário abaixo assinado, foi instalada a sessão de conciliação nos autos da ação e entre as partes supra referidas. Verificou-se a presença das partes. Proposta a conciliação, restou frutífera nos seguintes termos: **OBJETO PRINCIPAL**: Com o presente acordo, nenhuma das partes poderá mais reclamar da outra qualquer questão oriunda do mesmo fato. Para quitação de todos os danos/prejuízos oriundos desta reclamação, a parte ré pagará à parte autora o valor de R\$6.000,00. A parte dá quitação do valor de R\$1.200,00 referente aos amortecedores do veículo. **ÉPOCA DO PAGAMENTO**: em 06 parcelas iguais, mensais e consecutivas de R\$1.000,00 cada. **PARCELAMENTO**: a primeira parcela vencerá em 26/12/2018 e as demais todo dia 26 dos meses subsequentes; última parcela vencerá em 26/05/2019. **FORMA DE PAGAMENTO**: depósitos bancários na conta corrente em nome do patrono da parte credora **Tabachine Ferreira & Alvarenga Sociedade de Advogados** (conta nº 33350-5, agência nº 8008, Banco Itaú, CNPJ nº 22464041/0001-71). No caso de depósito(s) em conta, caso haja alguma inconsistência dos dados bancários (com oportuna comprovação), a parte ré deverá depositar judicialmente o valor até 24 horas após a data do vencimento previsto no acordo para não incidir em mora. **EM CASO DE INADIMPLÊNCIA**: multa de 10% sobre o saldo devedor. Em caso de parcelamento, a falta de pagamento de uma parcela acarretará vencimento antecipado das demais. O nome será anotado no SPC, mediante requerimento da parte credora, devendo esta informar o pagamento se ocorrer, para a retirada da inscrição. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**: cada parte pagará os honorários de seu(sua) constituído(a). Não há custas. **A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida sentença**: "Homologo o acordo celebrado pelas partes e decreto a EXTINÇÃO DO PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Nos termos do art. 1000 do mesmo código, não há interesse recursal. Certifique-se o trânsito em julgado. Tratando-se de pagamento, em caso de inadimplemento, a fase de cumprimento dispensa intimação prévia para pagamento em 15 dias, pois somente é exigível quanto às sentenças condenatórias (art. 523, caput do CPC). Não é necessário comunicar nos autos o cumprimento do acordo (só em caso de descumprimento será o caso de iniciar fase executiva). **Arquivem-se os autos**". Sentença proferida e publicada em audiência, saindo intimadas as partes. Termo impresso e assinado pelos presentes (arts. 209, §1º e 367, §2º do CPC), a ser mantido em arquivo, dispensada sua digitalização para os autos digitais, nos quais ficará armazenado apenas o termo de igual teor assinado digitalmente pelo MM. Juiz. NADA MAIS. Eu, Fernando Alves De Rezende, digitei.

MM. JUIZ

Conciliador(a): Telmo Correia Arrais

Autor(a)

Ré(u)

Adv.

Adv.